

MOÇÃO APRESENTADA NA ETAPA NACIONAL

PELA APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Ementa da Moção: *Manifesta apoio à Implementação de valorização profissional por meio de plano de carreira para os servidores do Ministério da Educação*

Para alavancar e alcançar as metas e objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) será necessário forte investimento na valorização de trabalhadores(as) em educação, inclusive por meio de melhores condições de trabalho, formação, fortalecimento e profissionalização de carreiras.

Nesta direção, o Ministro da Educação, Camilo Santana, entregou, recentemente, proposta de criação da Carreira de Gestão de Políticas Públicas Educacionais (GPPE) e do Plano Especial de Cargos do MEC (PECMEC) à Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. A proposta decorre dos trabalhos de GT constituído, no MEC, que ratificou a necessidade de instituição de uma carreira para os servidores da administração direta do Ministério. A defesa do plano de carreira tem o objetivo de **fortalecer o compromisso anteriormente firmado pelo presidente Lula, pelo encaminhamento e aprovação de plano de carreira.**

A proposta visa reduzir a enorme disparidade entre a remuneração dos servidores do ecossistema do MEC, sobretudo aqueles pertencentes ao PGPE que, atualmente, chega a ser em média 46% inferior à de carreiras como o FNDE, o INEP, a CAPES, a FUNDAJ e as IFES, apesar da equivalência das atividades desempenhadas, todas necessárias ao fortalecimento da educação do país e de efetivas políticas de Estado.

O necessário plano de carreira visa valorizar os servidores da administração direta do MEC colocando-os em igualdade com os demais servidores das autarquias vinculadas ao ministério, já que os servidores do MEC são uma parcela essencial e estratégica na construção de um país justo, decente, independente, soberano e com educação de qualidade.

A valorização dos servidores públicos contribui para afastar ingerências, influências indevidas e a própria descontinuidade de políticas estruturantes para o país, que devem ser ancoradas no Plano Nacional de Educação e não em planos de governo.

Desta forma, delegados/as/es presentes à Conae 2024, realizada em Brasília entre os dias 28 e 30 de janeiro, manifestam seu irrestrito apoio à implementação de políticas de valorização e plano de carreira para os servidores da Administração Direta do MEC, órgão responsável pela coordenação da política nacional de educação, que deve ser compreendida como efetiva Política de Estado.

PROPONENTE(S):

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

CONDSEF – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

SINDSEP/DF - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF